

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

158139

OBJETO

Aquisição de abafador de ruído protetor auricular e outros para atender as demandas do campus Cabo Frio do IF Fluminense

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 32.865,40

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

De 23/02/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h até 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] por [item]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA	3
3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL 5	
4. DA FASE DE LANCES	6
5. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
6. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	9
7. DA CONTRATAÇÃO	10
8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	10
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	12

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90002/2026
(Processo Administrativo nº 23321.001658.2025-78)

Torna-se público que o **INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE Campus Cabo Frio**, por meio da Coordenação de Compras, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de Aquisição de abafador de ruído protetor auricular e outros para atender as demandas do campus Cabo Frio do IF Fluminense, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o [**menor preço**], observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. *A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

2.2.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

2.2.2. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015.*

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação:

- 2.3.1. aquele que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.3.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da dispensa;
- 2.3.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.3.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.3.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.3.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.3.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.3.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.3.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.5. O impedimento de que trata o item 2.3.6 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.4 e 2.3.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. O disposto nos itens 2.3.4 e 2.3.5 não impede a dispensa ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em dispensas e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol

de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. A vedação de que trata o item 2.4, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto:

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição; e

3.9.6. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.13.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.13.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

3.13.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

3.13.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **[percentual de desconto]** do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **5% (cinco por cento)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o gestor poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o gestor verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. Sicaf;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa fornecedora.

5.6. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa fornecedora, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

5.7. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.7.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.7.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8. Caso o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o gestor verificará se o fornecedor faz jus ao benefício aplicado.

5.8.1. *Caso o fornecedor não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.*

5.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.10.1. contiver vícios insanáveis;

5.10.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;

5.10.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicafe para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.4. Na hipótese de o vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicafe, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **2 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

6.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.11. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.13.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021, e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame; e
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.1.13. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 8.1.14. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.1.15. Multa de% (..... por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- 8.1.16. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.1.17. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 8.2. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.
- 8.3. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.4. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- 9.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;
- 9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.2.2. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

- 9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 9.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 9.13. Cabo Frio, 09 de Fevereiro de 2026.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]



INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CAMPUS CABO FRIO

(Processo Administrativo nº 23321.001658.2025-78)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. *Aquisição de abafador de ruído protetor auricular e outros para atender as demandas do campus Cabo Frio do IF Fluminense, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

Nº	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNI-DADE	QTDE	VALOR DE REF. UNITÁRIO	VALOR DE REF. DO ITEM
1	Abafador De Ruído Protetor Auricular - Material: Polietileno - Formato: Semicircular Tamanho: Com ajuste de altura para melhor conforto do usuário C.A.: 14235 Uso: Absorção Ruído Aplicação: Proteção Auricular Em Trabalho Mecânico Características Adicionais: Nível De Redução Ruído Igual Ou Superior A 25 Db	Und	10	R\$ 46,50	R\$ 465,00
2	Adaptador Rosca Fêmea para Engate Rápido 1/4 Pol - Adaptador Rosca Fêmea para Engate Rápido 1/4 Pol - Material:Latão	Und	2	R\$ 21,10	R\$ 42,20
3	Adaptador Rosca Macho para Engate Rápido 1/4 Pol - Adaptador Rosca Macho para Engate Rápido 1/4 Pol - Material:Latão	Und	2	R\$ 21,10	R\$ 42,20
4	Alicate Bico 8 Pol - Material: Aço Cromo Vanádio - Tipo: Fino E Longo Tipo Cabo: Isolado Comprimento: 8 POL Aplicação: Manutenção Equipamentos Eletrônicos	Und	2	R\$ 26,00	R\$ 52,00
5	Alicate Bico papagaio - - Material: Aço Cromo Vanádio Tipo: Bico Papagaio (Curv0/Fino) Tipo Cabo: Isolado Comprimento: 10 Pol.	Und	2	R\$ 44,10	R\$ 88,20
6	Alicate De Pressão 250 MM - Material: Aço Cromo Vanádio - Mordente Inferior: Reto Comprimento: 250 MM Aplicação: Uso Geral	Und	2	R\$ 36,00	R\$ 72,00
7	Alicate Universal 8 pol - - Material: Forjado Em Aço Cromo Vanádio Tipo: Profissional Material Cabo: Plástico Tipo Cabo: Reforçado, Isolado, Anti-Deslizante Comprimento: 8 POL Aplicação: Corte De Arame Duro, Instalações Em Geral Características Adicionais: Classe De Aplicação H	Und	4	R\$ 26,00	R\$ 104,00
8	Barra chata Aço Carbono Sae 1020 - Material: Aço Carbono Sae 1020 - Comprimento: 6 M Aplicação: Serralheria Largura: 2 1/2 POL Espessura: 3/8 POL	Und	30	R\$ 260,00	R\$ 7.800,00
9	Barra Chata Aço Carbono Sae 1045 - Material: Aço Carbono Sae 1045 - Largura: 2 1/2 POL Espessura: 3/8 POL Comprimento: 6 M	Und	5	R\$ 474,60	R\$ 2.373,00
10	Barra quadrada Aço Inox Aisi 304 - Material: Aço Inox Aisi 304 - Formato Seção: Quadrado Bitola: 3/8 POL Comprimento: 6 M Características Adicionais: Maciça	Und	5	R\$ 319,40	R\$ 1.597,00
11	Bico para Enchimento de Pneus com Bico Duplo BSP 1/4Pol - Bico para Enchimento de Pneus com Bico Duplo BSP 1/4Pol	Und	2	R\$ 20,50	R\$ 41,00
12	Blusão Raspa De Couro - Vestuário Proteção - Tipo: Blusão Material: Raspa De Couro Tamanho: Médio Tipo Uso: Soldagem Características Adicionais: Costurado Com Linha De Algodão, Gola Alta	Und	5	R\$ 82,50	R\$ 412,50
13	Borracha de Silicone Branca Alta Flexibilidade para Moldes Com Catalisador - Utilizada na fabricação de corpos de prova. - Resistência ao rasgo superior a 2 N/m Cor: Branca	Kg	5	R\$ 59,70	R\$ 298,50
14	Broca Wídia - 6 mm - Encaixa sds plus - Broca Wídia - Material Corpo: Aço Diâmetro: 6 MM Comprimento: 100 MM Características Adicionais: Encaixe Tipo Sds Plus Uso: Parede	Und	2	R\$ 3,50	R\$ 7,00
15	Broca Wídia - 8 mm - Encaixa sds plus - Broca Wídia - Material Corpo: Aço Diâmetro: 8 MM Comprimento: 110 MM Características Adicionais: Encaixe Tipo Sds Plus Uso: Parede	Und	2	R\$ 4,80	R\$ 9,60

16	Cabinho Elétrico Flexível 2,5mm - Cor: Preta - Material Condutor: Cobre Seção Nominal: 2,50 MM2	Rolo 100 m	2	R\$ 197,50	R\$ 395,00
17	Conector Instantâneo Tubo Pu 6mm x Rosca 1/4 Bsp Macho - Conector Instantâneo Tubo Pu 6mm x Rosca 1/4 Bsp Macho - Material:Latão	Und	5	R\$ 21,10	R\$ 105,50
18	Conector Instantâneo Tubo Pu 6mm X Rosca 1/4 Bsp Fêmea - Conector Instantâneo Tubo Pu 6mm X Rosca 1/4 Bsp Fêmea - Material:Latão	Und	5	R\$ 21,10	R\$ 105,50
19	Conjunto 7 Brocas - Concreto - Material: Aço Rápido - Comprimento: 200 MM Aplicação: Marteleto/Concreto Componentes: 7 Brocas Com Diâmetro De 0,6mm; 0,8mm; 10mm; 12mm; Características Adicionais: Tipo Encaixe Sds	Jogo	2	R\$ 41,00	R\$ 82,00
20	Conjunto Ferramentas Alicates De Corte Conjunto Com 3 Peças - Componentes: Alicates De Corte 6" Alicates De Bico Meia Cana 6" - Aplicação: Manutenção Em Geral Características Adicionais: Conjunto Com 3 Peças	Und	2	R\$ 80,40	R\$ 160,80
21	Conjunto Ferramentas - Componentes: 47 Peças - Conjunto Ferramentas Componentes: 47 Peças Kit de Bits e Soquetes Manual com 47 peçasCaracterísticas Gerais do Produto: • Peso: 1,000 • Marca: Makita ou similar Acompanha o produto: • Phillips: 2x PH1/ 2 x PH2 / 2 x PH3 Pozidrive: 2x PZ1 / 2x PZ2 / 2 x PZ3 Hexalobular: 2x TX10 / 2x TX15 / 2x TX20 / 2x TX25 / 2x TX30 / 1x TX40 Fenda: 2 x SL 4,5/ 2 x SL5,5 / 2x 6,5 Hex: 1x h2 / 1x h2.5 / 1x h3 / 2x h4 / 2 x h5 / 2x h6 Soquetes: 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 mm Chave manual Porta bit magnético com esfera de aço.	Und	2	R\$ 150,10	R\$ 300,20
22	Creme Desengraxante Para Limpeza Das Mãos 1kg - DESENGRAXANTE, ASPECTO FÍSICO:CREME, COMPOSIÇÃO:BASE DE SOLVENTE NATURAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ESSÊNCIA DE LARANJA, APLICAÇÃO:LIMPEZA DE MÃOS PROFISSIONAL	Kg	4	R\$ 11,40	R\$ 45,60
23	Disco de Corte 14 POL (Disco Abrasivo de 355 mm de diâmetro) 2 Telas Furo de 1 POL - - Diâmetro do disco de corte: 355 mm (14") - - Espessura: 3,2 mm (+/-1/8") - Tipo de disco: Tipo 41 - Diâmetro do furo: 25,40 mm (1") - Grão: G 30 - Número de telas do disco: 2 - Rotação máxima do disco (rpm): 4.300/min - Segue norma(s): ABNT NBR 15230 e ABNT NBR 16245 - Massa aproximada (peso): 0.69 kg	Und	30	R\$ 20,70	R\$ 621,00
24	Disco de corte para esmerilhadeira angular de - 115X22,2 mm - Disco de corte com dimensões e massa 11.5 x 11.5 x 0.1 cm; 120 g. Material : óxido de alumínio, tipo de agressividade - mais agressivo, com espessura de grão ultrafino.	Und	40	R\$ 1,40	R\$ 56,00
25	Disco Desbaste 115mm - - Disco Desbaste Material: Óxido Alumínio Diâmetro: 4 1/2 POL Altura: 6 MM Diâmetro Furo: 12 MM Velocidade Máxima: 13.300 RPM Aplicação: Material Ferroso Em Gera	Und	20	R\$ 3,30	R\$ 66,00
26	Engate Rápido 1/4 Pol. com Rosca Macho 1/2 Pol - Engate Rápido 1/4 Pol. com Rosca Macho 1/2 Pol - Material:Latão	Und	4	R\$ 21,10	R\$ 84,40
27	Engate Rápido 1/4 Pol. Rosca Fêmea - Engate Rápido 1/4 Pol. Rosca Fêmea - Material:Latão	Und	4	R\$ 21,10	R\$ 84,40
28	Escada de alumínio 12 degraus - Material: Alumínio - Número Degraus: 12 UN Revestimento Degraus: Antiderrapante Tipo Degraus: Articuláveis Altura: 3,00 M Características Adicionais: Calço De Borracha Nos Pés	Und	1	R\$ 620,80	R\$ 620,80
29	Escada de alumínio 5 degraus - Material: Alumínio - Número Degraus: 5 UN Revestimento Degraus: Borracha Antiderrapante Capacidade: 120 KG	Und	1	R\$ 183,50	R\$ 183,50
30	Estopa - Material: Fio Algodão Alvejado - Aplicação: Limpeza Pesada Cor: Branca Características Adicionais: Lavada Peso: 200g	Und	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
31	Fluido de corte de metais - concentrado diluição 1:40 - Referência: Tnmg 160408-Gs - Classe: P-30 Aplicação: Torneamento, Fresamento, Usinagem Material: Metal Duro	Emb. 500 mL	3	R\$ 61,00	R\$ 183,00
32	Furadeira de Impacto - Tipo: Impacto - Potência: 750 W Tamanho Mandril: 1/2" POL Tensão Alimentação: 220 V Características Adicionais: Duas Velocidades, Variável E Reversível Velocidade: 0 A 3.000 RPM Capacidade Perfuração Alumínio: 13 MM	Und	1	R\$ 400,50	R\$ 400,50
33	Graxa Branca spray 200G/300ML - Cor: Branco - A graxa branca foi idealizado para ser aplicado em sistemas de correntes e rolamentos. Pode ser aplicado em peças em movimento, evitando a parada para manutenção. 0.17 Kg	Und	5	R\$ 17,40	R\$ 87,00
34	Inserto Pastilha TNMG 160404 - Inserto pastilha videa TNMG 160404-MA VP15TF - Caixa com 10 pastilhas novas Pastilhas de metal duro para diversas aplicações de torneamento Modelo: TNMG 160404 Classe:P M K	Caixa	1	R\$ 211,10	R\$ 211,10
35	Inserto Pastilha TNMG 160408 - Pastilha para torno Tnmg 160408-ma Ue 6020 - 1 caixa com 10 pastilhas Pastilha de metal duro para	Caixa	1	R\$ 275,00	R\$ 275,00

	usinagens em diversos materiais. Marca: Mitsubishi ou similar Modelo: TNMG 160408 Classe: P				
36	Jogo Chave Philips e Fenda Aço Cromo Vanádio 10 peças - Material: Aço Cromo Vanádio - Tipo: Philips / Fenda Quantidade Peças: 10 Componentes: 6 Fenda E 4 Fenda Cruzada, Phillips Material Cabo: Polipropileno Características Adicionais: Ponta Magnetizada	Caixa	3	R\$ 68,00	R\$ 204,00
37	Jogo chave inglesa ajustável - Jogo Chave - Material: Aço Tipo: Ajustável Quantidade Peças: 2 Tamanho: 8" E 12" Modelo: Inglesa	Und	2	R\$ 49,70	R\$ 99,40
38	jogo de chave de biela tipo L - Jogo Chave - Material: Aço Tipo: Biela Quantidade Peças: 12 UN Componentes: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 E 19 MM	Und	1	R\$ 223,00	R\$ 223,00
39	Jogo de chaves tipo Allen Aço Cromo Vanádio - 12 peças - Fabricado em aço vanádio - Acabamento fosfatizada/escurecida Utilizada para fixar ou soltar parafusos com sextavados internos A chave tem o perfil do corpo em "L", o que possibilita o efeito de alavanca durante o aperto ou desaperto de parafusos Composto por 12 peças, sendo: - 1/16", 5/64", 3/32", 1/8", 5/32", 3/16", 7/32", 1/4", 5/16", 3/8", 7/16" e 1/2"	Und	2	R\$ 47,60	R\$ 95,20
40	Jogo de chaves tipo Torx - Material: - Aço Vanadium Escurecido - Tipo: Torx Quantidade Peças: 9 - Fornecido em bolsa plástica. - T7 T8 T9 T10 T15 T20 T25 T30 T40	Und	1	R\$ 149,00	R\$ 149,00
41	Jogo de soquetes encaixe 1/4" e 1/2" com maleta 94 peças - - 1 adaptador para bits de 1/2" 2 Chaves de vela (soquetes sextavados) de 16 e 21mm 3 Chaves Allen: 1.5, 2, 2.5mm 1 Barra extensora 1/2 de 5" 1 Barra extensora 1/4 de 50mm 1 Barra extensora 1/4 de 100mm 1 Barra extensora flexível 1/4 de 150mm 1 Junta Universal de 1/2" 1 Junta Universal de 1/4" 1 Chave T de 1/2" 1 Chave T de 1/4" 1 Chave reta de 1/4" 1 Chave catraca reversível 1/2" cabo emborrachado 1 Chave catraca reversível 1/4" cabo emborrachado 18 Soquetes estriados 1/2" 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30 e 32mm 13 Soquetes estriados de 1/4": 4, 4.5, 5, 5.5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14 e 14mm 4 Soquetes longos multi-estriados 1/2": 14, 15, 17 e 19mm 8 Soquetes longos multi-estriados 1/4": 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13mm 33 pontas diversas, fenda, phillips, torx e allen 1 Maleta.	Und	1	R\$ 285,30	R\$ 285,30
42	Kit De Ferramentas E Brocas Com 100 Peças Para parafusar, fixar e perfurar (Magnético) - Kit De Ferramentas E Brocas Com 100 Peças - Componentes: 40 Brocas, 40 Pontas, 8, Soquetes, 5 Limitadores, Componentes Adicionais: Chave Catraca Angular, 1 Adaptador Magnético, Aplicação: Para Uso Na Parafusadeira X-Line Características Adicionais: Maleta Compacta	Und	1	R\$ 265,50	R\$ 265,50
43	Kit de pontas e brocas 70 peças - CONJUNTO BROCA, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, APLICAÇÃO: FERROS E METAIS DIVERSOS, COMPONENTES: 70 PEÇAS, TIPO: BITS/BROCAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTOJO MOLDADO EM ABS -	Und	1	R\$ 184,20	R\$ 184,20
44	Luva de Poliamida - com Banho de PU Tátil - luva de segurança é tricostada com fios de poliamida, sem costura, revestida na palma, face palmar e pontas dos dedos com poliuretano, possui punho com elastano e exibe formato anatômico. - Contendo o Certificado de Aprovação 32034, este equipamento é ideal para ser aplicado nos seguintes trabalhos: - Inspeções de qualidade; - Indústria automobilística; - Indústria metalmeccânica; - Uso em componentes eletrônicos; - Serviços de alta sensibilidade; - Montagem e manuseio geral.	Par	10	R\$ 8,10	R\$ 81,00
45	Luva Segurança Vaqueta - Luva Segurança - Material: Vaqueta Aplicação: Contra Vibrações Características Adicionais: Possui Polímero Com Células Individuais De Ar Forma: 5 Dedos Modelo: Cano Curto Tipo: Anatômica	Par	10	R\$ 23,30	R\$ 233,00
46	Mangueira de Ar A 1/4 - 300 Psi - Mv-1/4 - Diâmetro: 1/4 - Composição: mangueira de policloreto de vinila (PVC), com 01 trançado de poliéster de alta tenacidade. Aplicação: compressores de ar, ferramentas pneumáticas e condução de ar e água. Temperatura mínima: -5°C Temperatura máxima: 60°C	Metro	10	R\$ 8,10	R\$ 81,00
47	Manta de fibra de vidro - Manta Fibra De Vidro 300gr/m² - 1kg Ou 3,33m² - Largura: 1,40m x 2,38m = 3,33m² Exemplos de aplicação: - Laminações com Fibra de Vidro e Resinas; - Utilizada na fabricação de corpos de prova	Kg	5	R\$ 41,00	R\$ 205,00
48	Máquina esmerilhadeira angular 4.1/2 polegadas, 127V - Potência : 900W - Tensão: 110V Diâmetro do disco: 115 mm Rotações por minuto : 11.000 Dimensões(C x L x A): 271 x 129 x 106 mm Peso : 2kg Emissão de vibrações: 7.5 m/s² Incerteza K: 1.5m/s²	Und	2	R\$ 266,50	R\$ 533,00
49	Martelo de aço Inoxidável - Material: Aço Inoxidável - Tipo: Universal Peso: 450 G Acessórios: Com Cabo Plástico	Und	4	R\$ 79,00	R\$ 316,00
50	Broca - Material: Aço Rápido - 3 MM - Encaixa sds plus - Material: Aço Rápido - Diâmetro: 3 MM Comprimento: 100 MM Características Adicionais: Encaixe Tipo Sds Uso: metal	Und	2	R\$ 5,00	R\$ 10,00

51	Broca - Material: Aço Rápido - 6 MM - Encaixa sds plus - Material: Aço Rápido - Diâmetro: 6 MM Comprimento: 139 MM Características Adicionais: Encaixe Tipo Sds Uso: metal	Und	2	R\$ 6,90	R\$ 13,80
52	Multímetro portátil para uso em laboratório didático - Medição de tensão contínua e alternada até 1000 V; - Medição de corrente contínua e alternada até 10 A; - Medição de resistência elétrica; - Medição de tensão e corrente alternada em modo True RMS; - Precisão mínima para tensão DC de $\pm(1,0\%$ da leitura + 3 dígitos); - Categoria de medição mínima CAT III 600 V ou CAT II 1000 V; - Conformidade com a norma NBR IEC 61010-1 (ou equivalente); - Proteção interna contra sobrecarga em todas as escalas, com fusível de alta capacidade nas entradas de corrente; - Display digital com, no mínimo, 3½ dígitos (1999 contagens); - Gabinete com proteção contra impacto, adequado para uso contínuo em ambiente de laboratório; - Alimentação por bateria; - Acompanhado de cabos de medição compatíveis com a categoria de segurança especificada.	Und	2	R\$ 250,00	R\$ 500,00
53	Óleo lubrificante / desengripante spray - Óleo lubrificante, desengripante spray, multiuso, anticorrosivo, limpador e - protetor de peças metálicas, inofensivo para camada de ozônio.	Und	10	R\$ 20,00	R\$ 200,00
54	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA BOMBA DE VÁCUO - - ÓLEO LUBRIFICANTE PARA BOMBA DE VÁCUO Tipo: Mineral - ISO 46 VG; Uso: Bomba de Vácuo; (Frasco de 1L)	Und	2	R\$ 49,80	R\$ 99,60
55	Óleo Lubrificante Para Compressor 1 Litro - - Quantidade: 1 Unidade - - Composição: Óleo mineral derivado do petróleo e aditivos - Viscosidade SAE 30W ou ISO VG 100 - Dimensão: - Largura: 330mm - Altura: 240mm - Comprimento: 510mm - Peso Líquido: 1 L - Peso Bruto: 1,1 L	Und	2	R\$ 24,30	R\$ 48,60
56	Parafusadeira/Furadeira - Alimentação: Bateria recarregável de Lítio (Li-Ion) com tensão nominal de 12V Max. - Capacidade da Bateria: Mínimo de 1.5 Ah (Ampère-hora). - Velocidade: Variável e reversível, com sistema de 2 velocidades mecânicas (mínimo de 0-400 / 0-1.400 RPM). - Torque: Ajustável com anel de regulagem de no mínimo 15 posições + 1 posição de perfuração; Torque máximo entre 25 Nm e 35 Nm. - Mandril: Aperto rápido (sem chave) com capacidade de 3/8" (10 mm). - Recursos de Segurança e Durabilidade: Sistema de proteção eletrônica contra sobrecarga e superaquecimento da bateria (ex: ECP ou similar); Iluminação LED integrada para a área de trabalho.	Und	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
57	Pincel - Material Cabo: Plástico - Tipo Cerdas: Pelo Sintético Tamanho: 50 MM	Und	20	R\$ 8,90	R\$ 178,00
58	Pistola de Ar para Limpeza - Possui corpo em nylon e acionamento por botão, proporcionando maior leveza e praticidade na utilização - - Especificações Técnicas: :: Material do corpo: Nylon :: Rosca de entrada de ar: 1/4" NPT (fêmea) :: Tipo de acionamento: Botão	Und	4	R\$ 31,40	R\$ 125,60
59	Pistola de Ar Rosca 1/4 Pol. para Limpeza com Bico Longo 135mm - Pistola de Ar Rosca 1/4 Pol. para Limpeza com Bico Longo 135mm	Und	2	R\$ 26,90	R\$ 53,80
60	Plugue fêmea 2 P + T 20a - - Tipo: Fêmea Formato Contato: Redondo Corrente Nominal: 20 A Tensão Nominal: 250 V Número Pólos: 2 P + T	Und	10	R\$ 4,20	R\$ 42,00
61	Plugue macho 2 P + T 20a - - Tipo: Macho Formato Pinos: Cilíndrico Posição Pinos: 2p+T Corrente Nominal: 20 A Tensão Nominal: 250 V Normas Técnicas: Nbr14136 Material Pino: Latão Maciço	Und	10	R\$ 4,80	R\$ 48,00
62	Pressostato P/ Compressor 4 Vias - 80 a 120 PSI - Este componente essencial opera dentro de uma faixa de pressão de 80 a 120 PSI, garantindo um controle preciso e seguro da pressão do ar. Seja para aplicações industriais, automotivas ou de bricolagem, o nosso pressostato é a escolha perfeita para manter seu compressor funcionando de maneira ótima. Com facilidade de instalação e compatibilidade multimarca, ele é a solução definitiva para evitar paradas inesperadas e garantir a máxima produtividade.	Und	1	R\$ 99,00	R\$ 99,00
63	Resina epóxi DGEBA/TETA (Baixa viscosidade) - Utilizada na fabricação de corpos de prova. A sigla DGEBA significa Bisphenol A diglycidyl ether (resina) e TETA significa trietileno tetramina (endurecedor).	kg	2	R\$ 149,60	R\$ 299,20
64	RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF2 (S) SEM VÁLVULA - Certificação/norma: C.A. 38.504 - Classe PFF2 (S) • Eficiência mínima de filtração 94% • Equivalente ao respirador N95 Formato dobrável • Fácil de armazenar Aprovado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos.	Und	200	R\$ 3,00	R\$ 600,00
65	Retificadora Pneumática - - Tipo: Reta Modelo: 1/4 POL Potência Motor: 1,35 HP Velocidade: 1.800 RPM Tamanho Da Mangueira: 1/2 MM	Und	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00

66	Rodizio Giratório - 113 x 100mm 4 Pol. até 80Kg - Material Banda Rodagem: Polipropileno Material Estrutura: Aço Capacidade Carga: 80 KG Tipo Mancal: Rolete Tipo Rolamento: Radial Diâmetro Externo: 4 POL Comprimento Rolamento: 105 MM Largura Rolamento: 80 MM Referência Fabricante: FI 412 Npc Aplicação: Carrinho Transporte Materiais Características Adicionais: Furo Passante, Furo A Furo Dimensões 56 X 79 Mm	Und	8	R\$ 63,80	R\$ 510,40
67	Rolo de Filamento de ABS - Matéria-prima: Acrilonitrila Butadieno Estireno - Diâmetro do filamento: 1,75mm Margem de tolerância: +- 0,02mm Dimensões do carretel: 20x6 cm Diâmetro do furo do carretel: +- 48,6mm Tamanho da embalagem: 21x21x8 cm Peso bruto: +- 1,3Kg Temperatura de extrusão: 220° - 240°C Temperatura da base: > 100°C TG (Transição Vítea): 99°C Cor: Preto ou azul marinho ITENS INCLUSOS Filamento ABS Premium 1kg Embalagem a vácuo Silica gel (para controle de umidade)	Kg	2	R\$ 79,20	R\$ 158,40
68	Serra policorte 2.200W, 220V - Velocidade: 3.800 min-1 / rpm - Diâmetro do disco: 14" (355mm) Diâmetro do furo: 25,4mm Capacidade de corte (barra quadrada): 119 x 119mm Capacidade de corte (tubo redondo): 119mm Peso: 14Kg Potência: 2.200W Voltagem: 220V	Und	2	R\$ 980,00	R\$ 1.960,00
69	Silicone PTFE Líquido em Spray 300ML - Aerossóis multi uso - Aroma agradável Aerosóis multi uso spray silicone líquido 300ml Oferece proteção e brilho em superfícies que precisam ser renovadas e protegidas das intempéries forma um filme protetor impermeabilizante, capaz de repelir a umidade, evitando a corrosão.	Und	5	R\$ 39,70	R\$ 198,50
70	Suporte Para Torno Mjnr 2020 - Suporte externo de torno, ângulo de posição de 93°, dimensões de 20x20mm e comprimento total de 125mm, para inserto pastilhas TNMG.	Und	2	R\$ 112,00	R\$ 224,00
71	Vaselina sólida - PETROLATO, ASPECTO FÍSICO: MASSA SEMI SÓLIDA BRANCA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MISTURA DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 25322-68-3	Kg	2	R\$ 53,60	R\$ 107,20
72	Alcool Etilico Limpeza De Ambientes, Tipo: Etilico Hidratado , Aplicação: Limpeza , Características Adicionais: Líquido/Incolor/Peso Molecular 46,07 G/Mol , Concentração: 90° Gl	5 L	2	R\$ 39,50	R\$ 79,00
73	Morsa Torno de Bancada Nº 8 - Fabricado em ferro nodular nas normas ABNT-FE42012; • Fuso manipulo em aço forjado com tratamento zincado eletrolítico branco para evitar corrosão; • Mordentes integrados ao corpo; • Bigoma de alta resistência; • Especial para trabalhos pesados; • Uso em ferramentarias, oficinas, indústrias, serralherias, obras civis, montagem e desmontagem de componentes; • Número: 8 • Largura do mordente: 200mm • Abertura máxima: 203 mm	Und	1	R\$ 389,40	R\$ 389,40
74	Morsa Torno de Bancada Nº 6 - • Fabricado em ferro nodular nas normas ABNT-FE42012 • Fuso manipulo em aço forjado com tratamento zincado eletrolítico branco para evitar corrosão; :: Abertura máxima: 152,4 mm :: Largura do mordente: 152,4 mm :: Peso: 8,1 kg :: Número: 6" :: Comprimento: 374 mm :: Largura: 143 mm :: Altura: 155 mm	Und	2	R\$ 265,80	R\$ 531,60
75	Sargento 4" - Material: Aço Abertura Útil: 4 POL Tamanho: Nº 4 Uso: Oficina Mecânica / Carpintaria	Und	4	R\$ 44,90	R\$ 179,60
76	Moto Esmeril de Bancada Bivolt - Potência: 368 W Frequência: 50/60 Hz Tensão: Bivolt (127/220 V) por chave seletora Rotação: 3.580 rpm Diâmetro do eixo: 1/2" Diâmetro do rebolo: 6" Carcaça: Ferro fundido Base: Alumínio	Und	4	R\$ 224,00	R\$ 896,00
77	Silica Gel Azul Com Indicador De Umidade 4-8 Mm - Embalagem: 1000g CAS: 112926-00-8 Classificação Fiscal do Produto: 28112230	Kg	4	R\$ 70,00	R\$ 280,00

78	Graxa de Silicone - Embalagem: 100 g CAS: 63148-52-7 Fórmula Molecular: C21H14N2O7S.2H2O Classificação Fiscal do Produto: 39100012	Emb 100g	2	R\$ 110,00	R\$ 220,00
79	Kit Conjunto Chave Catraca Profissional Fenda Allen 45 Peças - Itens inclusos: - 21x Mangas de chave de fenda: uma palavra (4/5.5/7mm), Cruz (1/2/3), Soquete bege (1/2/3), soquete hexagonal (3/4/5/6/7/8mm), padrão (10/15/20/25/30/40mm) - 1x Junta universal - 13x Soquete sextavado (4/4.5/5/5.5/6/7/8/9/10/11/12/13/14mm) - 3x Chave Allen (1.5/2/2.5) - 1x Haste de curto-circuito de 5.2 polegadas - 1x Poste longo de 6.4 polegadas - 1x Coluna elástica - 1x Chave de catraca 8.1/4 - 1x1/4 Haste quadrada - 1x 1/4 Controle deslizante - 1x Conector de cabeça broca - 1x Caixa de ferramenta de plástico	Und	1	R\$ 305,20	R\$ 305,20
80	Kit 4 Alicates Para Anéis 130mm. Interno Externo Reto Curvo - Tipo: Abridor Comprimento: 130 MM Características Adicionais: Anéis Externos, Pontas Retas Diâmetro-10-25 Mm Material: Aço Vanadium Acabamento Superficial: Fosfatizado	Und	2	R\$ 80,00	R\$ 160,00
81	disco flap 4.1/2 - Material: Fibra De Vidro Especificação: Grão 80 Diâmetro: 7 POL Diâmetro Furo: 7/8 POL Velocidade Máxima: 8.500 RPM Característica Adicional: Desbate Tipo Flap	Und	10	R\$ 8,70	R\$ 87,00
82	Óleo Hidráulico Iso Vg 68 1l - Aplicação: Sistemas Hidráulicos Tipo: Mineral Viscosidade: ISO VG 68 Nível de Desempenho: DIN 51524-1(Tipo HL).	L	4	R\$ 28,30	R\$ 113,20
83	Retentores NBR (Nitrilica) Buna-N modelo BRG - Material: Borracha Nitrilica Nbr Diâmetro Interno: 22 MM Diâmetro Externo: 30 MM Altura: 7 MM	Und	10	R\$ 6,60	R\$ 66,00
84	Maleta Ferramentas - Material: Plástico Rígido Comprimento: 44 CM Largura: 23 CM Altura: 18 CM Tipo Caixa: Maleta Características Adicionais: Com Bandeja Interna	Und	4	R\$ 50,30	R\$ 201,20
85	Bateria CR2032 - Tipo: Lithium, Voltagem: 3 V, embalagem com 5 unidades	Emb	5	R\$ 5,00	R\$ 25,00
86	Disco de Corte para Cortadora Metalográfica - Material: Óxido Alumínio Diâmetro: 300 MM Diâmetro Furo: 32 MM Aplicação: Aço E Ligas Materiais Ferrosos Em Geral Espessura: 2 MM	Und	200	R\$ 12,40	R\$ 2.480,00

1.2. **Havendo divergência entre a descrição do CATMAT/SIASG e a descrição do Termo de Referência, prevalecerá sempre o descrito no Termo de Referência.**

1.3. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem especificações técnicas usuais de mercado, padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, ampla oferta por diversos fornecedores e não demandam desenvolvimento ou customização específica, sendo passíveis de descrição clara e padronizada, conforme detalhamento constante do Termo de Referência.*

1.4. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

1.5. *O prazo de vigência da contratação é 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do contrato ou da emissão de instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.6. *O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

- 4.1.1 *Destinação adequada de resíduos, conforme normas ambientais e orientações institucionais;*
- 4.1.2 *Preferência por produtos com maior durabilidade e menor necessidade de substituição; e*
- 4.1.3 *Armazenamento adequado de insumos químicos, evitando vazamentos e desperdícios.*

Subcontratação

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.*

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **CAMPUS CABO FRIO DO IFFLUMINENSE: ESTRADA CABO FRIO -BÚZIOS, KM 07, BAÍA FORMOSA, CABO FRIO - RJ***

- 5.3.1 *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.*

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*
- 5.5. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*
- 5.6. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*
- 5.7. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*
- 5.8. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*
- 5.9. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*
- 5.10. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*
- 5.11. *Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*
- 5.12. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*
- 5.13. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.*
- 5.14. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*
- 6.2. *Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.*
- 6.3. *As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.*
- 6.4. *O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.*

Fiscalização

- 6.5. *A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.*

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

*7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**.*

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

*7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o

Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial)* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/02/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial)*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio de dispensa de licitação com disputa, pelos critério de julgamento de menor preço por item, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: uma vez que se trata de **aquisição de bens comuns**, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, **cujo valor estimado da contratação não ultrapassa o limite legal estabelecido para dispensa de licitação**, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e na pesquisa de preços realizada..*

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Será adotado o critério de julgamento de menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1 *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10. Considerando que a presente contratação se dará por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, destinada à aquisição de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, de baixo risco contratual, pagamento por entrega e sem execução continuada, entende-se desnecessária a exigência de qualificação econômico-financeira.

Disposições gerais sobre habilitação

10.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 32.865,40 (trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos).*

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

12.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

- I) Gestão/unidade: 26434*
- II) Fonte de recursos: 10000*
- III) Programa de trabalho: 231634*
- IV) Elemento de despesa: 339030 e*
- V) Plano interno: L20RLP01RTN*

12.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cabo Frio, 06 de fevereiro de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [*Nota de Empenho*], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*
- 2.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.4. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.5. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.

3.1.10 *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*
- 5.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*
- 5.2.1 *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*
- 5.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Cabo Frio, Seção Judiciária de Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO I
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE

Estudo Técnico Preliminar 19/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23321.001658.2025-78

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais, ferramentas, equipamentos, insumos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados às aulas práticas realizadas no Laboratório de Eletromecânica do Instituto Federal Fluminense – Campus Cabo Frio. A necessidade decorre do uso contínuo do laboratório em disciplinas dos cursos técnicos e superiores da área industrial, o que ocasiona desgaste natural, consumo recorrente de insumos e insuficiência quantitativa de diversos itens atualmente disponíveis.

A ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a execução das atividades práticas previstas nos planos de ensino, podendo resultar na interrupção de aulas, na limitação de experimentos e na redução da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, além de representar risco à segurança de alunos e servidores. Assim, a contratação mostra-se necessária para garantir a continuidade das atividades acadêmicas, a segurança operacional e o adequado funcionamento do laboratório, conforme disposto no inciso I do art. 7º da IN nº 40/2020.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Direção de Ensino - IFF Cabo Frio	Paulo Vitor Ribeiro Chagas

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os bens a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas mínimas constantes na relação de itens que instrui o processo, observando, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

- Compatibilidade com uso didático e laboratorial intensivo;
- Atendimento às normas técnicas aplicáveis, tais como normas ABNT, IEC e demais regulamentos pertinentes;
- Para equipamentos de medição elétrica, enquadramento nas categorias de segurança exigidas (ex.: CAT II ou CAT III), conforme aplicável;
- Para EPIs, apresentação de Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo órgão competente;
- Materiais e ferramentas com padrão mínimo de qualidade e durabilidade compatíveis com o uso recorrente por múltiplos usuários;
- Garantia mínima legal para equipamentos e ferramentas, quando aplicável;
- Insumos químicos e lubrificantes com prazo de validade compatível com o consumo estimado;
- Preferência, sempre que possível, por produtos que possibilitem menor impacto ambiental, tais como maior vida útil, menor geração de resíduos e embalagens recicláveis.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com base em consultas a fornecedores especializados, análise de contratações no módulo Pesquisa de Preços do portal compras.gov. Constatou-se que os itens demandados são amplamente comercializados no mercado nacional, por diversos fornecedores, não se tratando de bens exclusivos ou de tecnologia restrita.

As soluções disponíveis no mercado apresentam características técnicas semelhantes, diferenciando-se principalmente por marca, acabamento e materiais empregados, sendo possível estabelecer especificações objetivas e competitivas. Dessa forma, verificou-se que não há restrição relevante à competitividade. Considerando a natureza padronizada dos itens e o baixo valor estimado da contratação, não se mostrou necessária a realização de audiência pública ou consulta formal adicional, atendendo ao disposto no inciso III e §1º do art. 7º da IN nº 40/2020.

6. Descrição da solução como um todo

A solução adotada consiste na aquisição direta dos materiais relacionados, por meio de dispensa de licitação, em razão do valor estimado da contratação enquadrar-se no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de compra de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, não demandando serviços continuados, manutenção especializada ou assistência técnica complexa.

A escolha pela compra direta mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, uma vez que reduz o tempo de contratação, diminui custos administrativos e assegura o pronto atendimento da necessidade do laboratório, evitando prejuízos ao calendário acadêmico.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas foram definidas com base no consumo histórico do laboratório, na quantidade de turmas atendidas, no número médio de alunos por semestre, na reposição de itens danificados ou consumidos e na necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento imediato das aulas práticas.

Foram considerados, ainda, fatores como a intensificação de atividades práticas, a diversidade de disciplinas atendidas e a vida útil média dos equipamentos e ferramentas. A estimativa busca evitar tanto o desabastecimento quanto a aquisição excessiva, observando critérios de razoabilidade e economicidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 32.865,40

Consta no Termo de Referência, anexado ao processo no SUAP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto será parcelado por itens, uma vez que tal divisão não compromete a economia de escala e, ao contrário, amplia a competitividade, possibilitando a participação de maior número de fornecedores, especialmente considerando a diversidade de naturezas dos bens a serem adquiridos (ferramentas, equipamentos, EPIs, insumos e materiais de consumo).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto desta aquisição no exercício de 2025. A presente contratação é autônoma e suficiente para atender às necessidades identificadas do Laboratório de Eletromecânica, não dependendo de ajustes, ampliações ou aquisições complementares previamente realizadas ou planejadas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações do Instituto Federal Fluminense – Campus Cabo Frio, estando alinhada ao planejamento institucional e às ações de manutenção e funcionamento dos laboratórios didáticos. Tal alinhamento assegura a compatibilidade da demanda com as prioridades institucionais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Garantia da continuidade das aulas práticas do Laboratório de Eletromecânica;
- Melhoria da qualidade do ensino e do aprendizado prático dos alunos;
- Aumento da segurança nas atividades laboratoriais, por meio da disponibilização adequada de EPIs e ferramentas em bom estado;
- Maior eficiência na utilização dos recursos materiais, com redução de improvisações e retrabalho;
- Racionalização dos gastos públicos, mediante aquisição planejada e compatível com a real necessidade;
- Contribuição indireta para o desenvolvimento nacional sustentável, por meio do uso mais eficiente dos recursos e da ampliação da vida útil dos bens.

13. Providências a serem Adotadas

Previamente à contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas:

- Conferência e consolidação das especificações técnicas dos itens;
- Verificação da disponibilidade orçamentária;
- Realização da pesquisa de preços, nos termos da legislação vigente;
- Designação de servidor responsável pelo recebimento e conferência dos materiais;
- Adequação do espaço de armazenamento no laboratório, quando necessário.

Não se vislumbra a necessidade de capacitação adicional de servidores, uma vez que os bens adquiridos são de uso comum e já conhecidos pela equipe técnica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação não gera impactos ambientais relevantes. Os possíveis impactos estão associados ao descarte de embalagens, resíduos de insumos e substituição de materiais desgastados. Como medidas mitigadoras, serão adotadas:

- Destinação adequada de resíduos, conforme normas ambientais e orientações institucionais;
- Preferência por produtos com maior durabilidade e menor necessidade de substituição;
- Armazenamento adequado de insumos químicos, evitando vazamentos e desperdícios.

Dessa forma, os riscos ambientais são considerados baixos e plenamente mitigáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é considerada plenamente viável, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico. Os itens demandados são necessários, compatíveis com a finalidade institucional, amplamente disponíveis no mercado e possuem valor estimado enquadrado na hipótese legal de dispensa de licitação. Além disso, a aquisição contribui diretamente para a continuidade das atividades acadêmicas, para a segurança dos usuários do laboratório e para o adequado cumprimento da missão institucional do IFF, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 50/2022.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO VITOR RIBEIRO CHAGAS

Membro da comissão de contratação

GUSTAVO DIAS DA SILVA

Membro da comissão de contratação

JOAO VITOR SILVA MATIAS

Membro da comissão de contratação